

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE
CAMPINAS S.A. - CEASA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Tel.: +55 (19) 3737-1600
Fax.: +55 (19) 3737-1601
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Barão de Jaguará, 707
Centro Empresarial de Campinas
Bloco Amadeus - 11º andar
Campinas - SP - Brasil
13015-001

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - Ceasa
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais de Abastecimentos de Campinas S.A. - Ceasa (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), porém não ajustou os saldos de abertura na data-base de transição em 1º de janeiro de 2009 conforme determina o CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Por esse motivo, os valores relacionados às rubricas: Imobilizado, tributos diferidos, reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial não são comparativos. Adicionalmente, não foi possível determinar, por meio de procedimentos usuais de auditoria, quais seriam os efeitos a serem considerados na data de transição (1º de janeiro de 2009) e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 nas rubricas mencionadas anteriormente.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam ocorrer caso não houvesse a limitação descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais de Abastecimentos de Campinas S.A. - Ceasa em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 4 de fevereiro de 2011

Esmir de Oliveira
Sócio-contador
CRC do sócio
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - Ceasa (“Ceasa” ou “Companhia”) é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas/SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A Ceasa tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissionamento de espaço na Centrais de Abastecimento, Hortomercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A Companhia administra o convênio “Programa Municipal de Alimentação Escolar” da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 386 escolas, municipais e estaduais, localizadas no município, das 150 salas de aulas de jovens e adultos e das 39 entidades assistenciais de Campinas. São, em média, 240 mil refeições por dia, com 18 tipos de cardápios que priorizam os alimentos *in natura* com mais frutas, verduras e legumes. Aproximadamente 57% dos alimentos comprados são hortifrutis e carnes, o que possibilita um aporte nutricional de qualidade.

A Ceasa executa por meio de Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura de Campinas os programas de segurança alimentar “Banco de Alimentos” e “Prato Cheio Campinas”, que têm por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas e eventos. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas para 120 entidades assistenciais da cidade que atendem aproximadamente 45 mil pessoas. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre técnicas nutricionais, de combate ao desperdício e higiene e manipulação de alimentos. O Banco de Alimentos faz também a análise técnica e a distribuição das cestas básicas do Programa “Prato Cheio Campinas” da Prefeitura. Esse Programa atende mais de sete mil famílias com cestas básicas mensais em cerca de 74 bairros carentes do município. O Programa Prato Cheio Campinas distribui também sacolas semanais de frutas, verduras e legumes, doados pelos atacadistas da Ceasa ao Instituto de Solidariedade Alimentar (ISA) que funciona dentro da Ceasa.

As doações de hortifrutis dos permissionários da Ceasa somam mensalmente 330 toneladas em média e beneficiam cerca de 12.500 famílias em mais de 74 bairros.

Em novembro de 2009, a Companhia passou a executar por meio de Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura de Campinas o Programa Municipal Lanche Esportivo, com o intuito de prover alimentação e reforço nutricional às crianças e jovens participantes do Projeto Segundo Tempo, do Governo Federal.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS -*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As presentes demonstrações financeiras representam o primeiro conjunto a ser preparado pela Companhia em conformidade com as IFRS e Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

Exceto para as contas do ativo imobilizado, tributos diferidos, reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial, a data de transição para as IFRS foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo as IFRS nessa data.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS 1, a Companhia aplicou as isenções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa das IFRS, como exposto na norma IFRS 1.

Considerando alterações das práticas contábeis e em conexão com o processo de convergência para as IFRS, na data de transição para as IFRS (1º de janeiro de 2009), a convergência foi parcial entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as IFRS.

A Companhia não apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigente até 31 de dezembro de 2009, com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010, pois não há diferenças.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o Imposto de Renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3.3. RESULTADO

a. Reconhecimento da receita

A receita de prestação de serviços (Permissão de uso - Ceasa) e repasse de convênio (Prefeitura de Campinas) é reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços e repasses são transferidos para os clientes e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. TRIBUTAÇÃO

a. Tributos indiretos

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS): 0% a 18%, alguns itens possuem base de cálculo reduzida entre 38,89% e 66,66%.
- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): 7,6%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

b. Tributos diretos

b.1. *Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro*

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a contribuição social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os valores relacionados aos créditos ou débitos tributários diferidos são irrelevantes. Por esse motivo, não foram considerados nas demonstrações financeiras da Companhia.

A compensação dos prejuízos fiscais de Imposto de Renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

3.5. ATIVOS CIRCULANTES

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta-corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização dos créditos dos títulos vencidos, adotando-se o seguinte critério:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão %</u>
Permissionários em processo de cancelamento	100
Permissionários com ação consignatória	30

c. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

3.6. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

a. Investimentos

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

b. Imobilizado

Os saldos das rubricas “Instalações, máquinas, equipamentos e ferramentas, computadores e periféricos, veículos, móveis e utensílios, e outros” estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Já os saldos das rubricas “Terrenos, edificações e urbanizações”, até 31 de dezembro de 2009, estavam registrados pelo valor de mercado por meio da reavaliação contabilizada em 2 de setembro de 2004, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido, e a reserva de reavaliação era realizada em contrapartida da conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que as originaram.

Em 31 de dezembro de 2010, a vida útil dos “Terrenos, edificações e urbanizações” foi revisada seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e está registrada pelo valor de mercado por meio da avaliação contabilizada em 1º de dezembro de 2010, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido. A depreciação do período findo em 31 de dezembro de 2010, após a adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2010 desse pronunciamento, foi de R\$4.450; caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança, seria de R\$1.220.

O ajuste de avaliação patrimonial é realizado em contrapartida da conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que os originaram.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, e estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

c. Intangível

É registrado ao custo de aquisição e deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos direitos, e estão mencionadas na nota explicativa nº 13.

3.7. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*).

3.8. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.9. PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

a. Provisão para contingências

A Companhia constitui provisão para todos os processos judiciais em andamento, cuja probabilidade de perda é considerada possível ou provável, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

3.10. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.11. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixas, emitido pelo CPC.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamento.
- Atividades de financiamento: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia.

3.12. (PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)

Com base no CPC 41 - Resultado por ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o período.

Já para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

4. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DAS NORMAS

Interpretação e alterações das normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Companhia:

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alteração do IAS 32 - " Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação do Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativo.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010

Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - Ceasa

Tópico	Exigências-chave	Data de entrada em vigor
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações do IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgação de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.	1º de janeiro de 2011

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009	01/01/2009
Caixa	-	-	1
Bancos	1.740	1.128	846
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	231	243	153
	<u>1.971</u>	<u>1.371</u>	<u>1.000</u>

(*) Refere-se à aplicação financeira em fundo de investimento de renda fixa do CDI e renda variável, não possui prazo determinado para resgate.

Em 1º de janeiro de 2009, referia-se à aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário (CDB) indexado a uma taxa de 95% e 97% do CDI sem prazo determinado para resgate.

Essas aplicações possuem liquidez imediata, a qualquer momento podem ser resgatadas, dependendo da necessidade de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

6. CONTAS A RECEBER

	2010	2009	1/1/2009
Permissionários a receber	572	493	406
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2)	(15)
	<u>572</u>	<u>491</u>	<u>391</u>

<i>Aging list</i>	2010	2009	01/01/2009
A vencer	264	230	95
Vencidos de 1 a 30 dias	169	162	153
Vencidos de 31 a 60 dias	61	57	62
Vencidos de 61 a 90 dias	27	25	19
Vencidos há mais de 90 dias	51	19	77
	<u>572</u>	<u>493</u>	<u>406</u>

7. PREFEITURA DE CAMPINAS - CONVÊNIOS

Natureza das operações	2010		2009		1/1/2009	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Convênio - Programa de alimentação escolar (1)	5.219	-	3.813	-	5.018	-
Convênio - Banco de alimentos (2)	35	-	43	-	32	-
Convênio - Programa Lanche Esportivo (3)	-	208	-	93	-	-
	<u>5.254</u>	<u>208</u>	<u>3.856</u>	<u>93</u>	<u>5.050</u>	<u>-</u>
Circulante	5.254	-	3.856	-	5.050	-
Não Circulante	-	208	-	93	-	-
	<u>5.254</u>	<u>208</u>	<u>3.856</u>	<u>93</u>	<u>5.050</u>	<u>-</u>

- (1) Refere-se a valores a receber decorrentes do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.
- (2) Refere-se aos valores a receber decorrentes dos custos para execução do convênio Banco Municipal de Alimentos. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.
- (3) Refere-se aos valores adiantados pela Prefeitura de Campinas para cobrir os custos para execução do convênio Programa Lanche Esportivo. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

8. ESTOQUES

	2010	2009	01/01/2009
Gêneros alimentícios - Programa de Alimentação Escolar	117	1.335	365
Estoque em Trânsito - Programa de Alimentação Escolar (*)	1.183	594	-
Material para consumo próprio da Ceasa	134	105	142
	<u>1.434</u>	<u>2.034</u>	<u>507</u>

- (*) Refere-se à compra para entrega futura de Gêneros alimentícios do convênio - Programa de alimentação escolar.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2010	2009	1/1/2009
ICMS	14	19	-
IRF retido sobre permissão	6	2	5
Cofins retido sobre permissão	5	1	-
IRPJ	2	-	27
CSLL	-	-	11
Outros	2	-	2
	<u>29</u>	<u>22</u>	<u>45</u>

10. OUTROS CRÉDITOS - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo é representado, substancialmente, pela Ação de Execução de Título Extrajudicial, que a Companhia protocolou contra o Supermercados Ven-Ká Ltda., no montante principal de R\$54, referente a 10 meses e 26 dias proporcionais de aluguel. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a possibilidade de recebimento desse crédito é de 30%, ou seja, R\$16 em 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009. Desse modo, a Companhia constituiu 70% de provisão para perda.

11. INVESTIMENTOS

	2010	2009	01/01/2009
Telefonia (*)	54	54	54
	54	54	54
Provisão para perdas	(26)	(31)	(29)
	<u>28</u>	<u>23</u>	<u>25</u>

(*) Refere-se a investimentos com ações de telefonia, sendo 47.205 ações ordinárias e 176.360 ações preferenciais.

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido		
				2010	2009	01/01/2009
Edificações	0,51 a 3,06	8.828	(4.097)	4.731	4.599	4.900
Instalações	10	1.170	(401)	769	1.014	1.030
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.491	(809)	682	759	878
Terrenos	-	627	-	627	627	627
Urbanizações	0,54 a 5,60	1.649	(1.118)	531	583	626
Obras em andamento (*)	-	360	-	360	156	48
Computadores e periféricos	20	725	(470)	255	365	260
Móveis e utensílios	10	196	(144)	52	61	70
Veículos	20 e 25	490	(476)	14	25	25
Outros	10	317	(103)	214	236	230
		15.853	(7.618)	8.235	8.425	8.694
Ativos avaliados (custo atribuído)/Ativos reavaliados						
Edificações	2,22 a 6,66	101.020	(3.744)	97.276	42.552	43.650
Terrenos	-	39.699	-	39.699	35.053	35.053
Urbanizações	4 a 10	13.885	(689)	13.196	3.919	4.043
		154.604	(4.433)	150.171	81.524	82.746
		170.457	(12.051)	158.406	89.949	91.440

(*) Refere-se a projeto estrutural para coberturas metálicas das plataformas de GPs, com previsão de término no início do exercício seguinte.

a. Reavaliação de ativos (até 31 de dezembro de 2009)

Em 16 de julho de 2004, foi emitido o laudo de reavaliação por empresa especializada, tendo como data-base o mês de junho de 2004.

O referido laudo foi aprovado pela Assembleia de Acionistas em 2 de setembro de 2004.

O resultado dessa reavaliação está a seguir demonstrado:

	Valor reavaliado	Valor contábil líquido	Mais-valia
Edificações	52.696	4.291	48.405
Terrenos	35.680	627	35.053
Urbanizações	5.431	856	4.575
Totais	93.807	5.774	88.033

A mais-valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido da Companhia. O valor reavaliado das edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação. Em 2010, em função da avaliação patrimonial, o valor residual dos ativos reavaliados foi baixado.

b. Ajustes de avaliação de patrimonial

Em 1º de dezembro de 2010, foi emitido o laudo de avaliação pela empresa E. Cunha Consultoria Empresarial Ltda., tendo como data-base o mês de dezembro de 2010.

O referido laudo foi aprovado pela Assembleia de Acionistas em 29 de dezembro de 2010. O resultado dessa avaliação está a seguir demonstrado:

	Valor avaliado	Valor contábil líquido	Mais-valia em 01/12/10	Efeito de 2010	Mais-valia em 01/01/10
Edificações	102.343	4.745	97.598	3.422	101.020
Terrenos	40.326	627	39.699	-	39.699
Urbanizações	13.790	534	13.256	629	13.885
Totais	156.459	5.906	150.553	4.051	154.604

A mais-valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da conta ajustes de avaliação patrimonial integrante do patrimônio líquido da Companhia. O valor avaliado das edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável no laudo de avaliação.

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido		
				2010	2009	1/1/2009
Direito de uso (*)	20	215	(149)	66	58	54
		215	(149)	66	58	54

(*) Refere-se a licenças de uso de *software* pela Companhia.

14. FORNECEDORES

	2010	2009	1/1/2009
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	5.302	4.782	4.939
Permissão de uso - Ceasa	709	777	670
Convênio - Programa Lanche Esportivo	22	54	-
Convênio - Banco Municipal de alimentos	9	14	7
	6.042	5.627	5.616

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 2009, referia-se ao Imposto de Renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido devidos sobre a realização futura da reserva de reavaliação, constituída em 2 de setembro de 2004. Em 2010, refere-se ao Imposto de Renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido devidos sobre a realização futura do ajuste de avaliação patrimonial, constituído em 1º de janeiro de 2010.

	2010	2009	01/01/2009
IRPJ diferido - Ajuste de avaliação patrimonial	37.543	-	-
CSLL diferido - Ajuste de avaliação patrimonial	13.515	-	-
IRPJ diferido - Reavaliação	-	11.594	11.899
CSLL diferido - Reavaliação	-	4.182	4.292
	51.058	15.776	16.191

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável e possível, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores originais dos processos.

Natureza	Probabilidade de perda				Contingências	Provisionado			
	Provável	Possível	Remota	Total		Depósitos e bloqueios judiciais (*)	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista - Ceasa (11 processos)	3	80	993	1.076	83	(14)	69	30	71
Trabalhista - Terceirizadas (80 processos)	202	460	367	1.029	662	(158)	504	643	1.133
Cíveis (43 processos)	4	211	39	254	215	(6)	209	52	-
	<u>209</u>	<u>751</u>	<u>1.399</u>	<u>2.359</u>	<u>960</u>	<u>(178)</u>	<u>782</u>	<u>725</u>	<u>1.204</u>

(*) Valores reclassificados para o passivo.

	Movimentação da provisão para contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	1.204	-	1.204
Constituição	35	58	93
Baixas/reversão	(674)	(6)	(680)
Baixa de depósitos judiciais	108	-	108
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>673</u>	<u>52</u>	<u>725</u>
Constituição	50	157	207
Baixas/reversão	(161)	-	(161)
Baixa de depósitos judiciais	11	-	11
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>573</u>	<u>209</u>	<u>782</u>

16.1. TRABALHISTAS - CEASA

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

A Companhia efetuou provisão para contingências no montante de R\$83 (R\$33 em 2009 e R\$79 em 1º de janeiro 2009), classificando a probabilidade de perda como provável e possível. Vale ressaltar que, para esses processos, os depósitos judiciais somam R\$14 (R\$3 em 2009 e R\$8 em 1º de janeiro de 2009).

16.2. TRABALHISTAS - TERCEIRIZADAS/INDENIZAÇÕES JUDICIAIS A PAGAR

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Em outubro de 2007, por determinação judicial, houve bloqueio judicial nas contas da Ceasa. Em 31 de dezembro de 2010, estavam bloqueados R\$40 (R\$52 em 2009 e R\$71 em 1º de janeiro de 2009) por conta dos processos trabalhistas movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Kadastro Administração e Serviços S/C Ltda., aos quais a Ceasa, com a Prefeitura de Campinas, responde subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais com os reclamantes. Esses acordos estão sendo aceitos e, em média, proporcionam desembolsos em torno de 86% (90% em 2009 e 1º de janeiro de 2009) do valor das causas. A Administração adota como prática a reversão da provisão relacionada ao processo objeto do acordo, registrando no mesmo instante a despesa com indenizações trabalhistas judiciais que serão liquidadas conforme cronograma de datas especificado nas atas dos acordos.

Quanto aos processos cujas audiências ainda não foram realizadas, a Companhia efetuou provisão para contingências no montante de R\$121 (R\$141 em 2009 e R\$389 em 1º de janeiro de 2009), classificando a probabilidade de perda como provável e possível. Vale ressaltar que, para esses processos, há bloqueios e depósitos judiciais que somam R\$49 (R\$61 em 2009 e R\$88 em 1º de janeiro de 2009).

Conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia, no decorrer do exercício, foram constituídas provisões para contingências referentes a processos movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Offício Segurança e Vigilância Ltda., cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis no montante de R\$248 (R\$389 em 2009 e R\$714 em 1º de janeiro de 2009). Ressaltamos que, para esses processos, há depósitos e bloqueios judiciais que somam R\$80 (R\$ 95 em 2009 e R\$164 em 1º de janeiro de 2009).

Os demais processos foram provisionados no total de R\$293 (R\$292 em 2009 e R\$318 em 1º de janeiro de 2009) e há R\$29 (R\$23 em 2009 e 36 em 1º de janeiro de 2009) em depósitos judiciais referente a esses processos.

16.3. CÍVEIS

Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Ceasa.

No geral, a Administração decidiu provisionar o valor de R\$782 (R\$725 em 2009 e R\$1.204 em 1º de janeiro de 2009), líquido dos bloqueios e depósitos judiciais, referente aos processos cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis.

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, é de R\$8.562 totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 856.222.316 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas a 99,99% das ações para a Prefeitura de Campinas e 0,01% entre outros acionistas.

A Ata da 56ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2008, aprovou a alteração da quantidade de ações em circulação, tendo em vista os ajustes emergentes da regularização nas quantidades de ações detidas pelos atuais acionistas, sem qualquer alteração na proporção da participação possuída pelos acionistas no capital social.

17.1. SALDO REMANESCENTE DO LUCRO LÍQUIDO

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2010, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76, no valor de R\$18, compõe o saldo da conta reserva de lucros e integra a proposta de destinação de resultados a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, como retenção de lucros, em linha com o artigo 196 da citada Lei.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prestação de serviços - Permissão de uso - Ceasa	8.124	7.788
Repasse de convênios - Prefeitura de Campinas	<u>35.536</u>	<u>36.219</u>
	43.660	44.007
Permissão de uso - Ceasa		
Impostos	(751)	(720)
Convênios - Prefeitura de Campinas		
Impostos	(251)	(381)
Devoluções e cancelamentos	<u>(179)</u>	<u>(378)</u>
	(1.181)	(1.479)
	<u>42.479</u>	<u>42.528</u>

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Em 14 de maio de 2009, a Companhia recebeu como indenização da União Federal valores referentes a um processo judicial iniciado em 2001, no valor total de R\$250, líquido de retenção do Imposto de Renda. Esse processo judicial ativo não estava registrado nas demonstrações financeiras de 1º de dezembro de 2009 em razão de a realização desse valor depender de decisões judiciais favoráveis à Companhia, o que ocorreu somente no mês de maio de 2009. Os demais valores representam a provisão para perda nos investimentos e custo da baixa de ativo imobilizado.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reversão (provisão) para perdas investimentos e baixa imobilizado	2	(4)
Indenização União Federal (processo judicial 2001)	<u>-</u>	<u>258</u>
	<u>2</u>	<u>254</u>

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, cartão vale-alimentação, cartão vale-refeição, formação profissional e uniformes. Em 31 de dezembro de 2010, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$1.095 e, no período equivalente de 2009, R\$961, correspondentes respectivamente a 2,58% e 2,26% de sua receita operacional líquida.

21. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE

	2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(3.651)	(3.651)	255	255
(+) Adições				
Permanentes	4.698	4.717	1.318	1.338
Temporárias	243	243	145	145
(-) Exclusões				
Permanentes	(251)	(251)	(745)	(745)
Lucro real/base de cálculo da CSLL	1.039	1.058	973	993
Compensação de prejuízo fiscal - 30% sobre lucro real	(312)	-	(292)	-
Compensação de base negativa - 30% sobre saldo negativo	-	(317)	-	(298)
Lucro real/base de cálculo da CSLL após compensação de prejuízos fiscais	727	741	681	695
Imposto de Renda - alíquota 15% + adicional 10% (R\$ 240)	157	-	146	-
Contribuição social - alíquota 9%	-	67	-	63
	157	67	146	63
(-) Dedução incentivos fiscais - PAT	(4)	-	(4)	-
Total do imposto de renda e Contribuição social	153	67	142	63
Total		220		205

A Companhia não efetuou a provisão de Imposto de Renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Também não constituiu tributos diferidos sobre as adições temporárias pelo fato de serem irrelevantes.

a. Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido

	2010	2009
Prejuízos fiscais	263	575
Base negativa da contribuição social	621	938

22. SEGUROS

Itens segurados	Risco coberto	Valor segurado		
		2010	2009	01/01/2009
Edifício + conteúdo	Incêndio, raio e explosão	27.200	27.200	27.200
	Vendaval	5.440	5.440	5.440
	Danos elétricos	2.720	2.720	2.720
	Tumulto, saques e atos dolosos	500	500	500
	Desmoroamento	200	200	200
	Roubo, furto qualificado de bens e mercadorias	200	200	200
	Responsabilidade civil	500	500	500
	Impacto de veículos - aéreos/terrestres	500	500	500
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
	Danos materiais e danos pessoais	3.450	3.450	3.510

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que a Administração considera suficientes para a cobertura de eventuais sinistros de seus imóveis e veículos.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

23. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não deve ser analisado isoladamente. Deve ser avaliado com as demonstrações financeiras, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A seguir, está demonstrada a apuração do Ebitda da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(2.364)	465
Imposto de Renda e contribuição social - corrente	220	205
Imposto de Renda e contribuição social - reversão	(1.507)	(415)
Depreciação/amortização	5.243	2.022
EBITDA	<u>1.592</u>	<u>2.277</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

a. Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado em razão de serem resgatáveis no curto prazo.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros, como valores a pagar e a receber de partes relacionadas que estão reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

b. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

b.1. Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações somente em instituições financeiras de linha.

b.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

* * *